



GLOSSÁRIO JURÍDICO EM LINGUAGEM SIMPLES



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região



1ª Instância

Primeira fase do processo judicial, onde os casos são julgados por juízes nas Varas ou Juizados Especiais.

2ª Instância

Segunda fase do processo judicial, onde os recursos das decisões da 1ª instância são julgados por desembargadores nos tribunais.

A contento

Feito de um jeito que ficou bom ou como desejado.

A Quo / Ad Quem

“A Quo” é o juiz ou tribunal de onde se faz um recurso, e “Ad Quem” é o juiz ou tribunal para onde se envia o recurso. Esses termos também são usados para indicar o dia inicial (“A Quo”) ou final (“Ad Quem”) de um prazo.

Ação

É um processo movido na Justiça para proteger ou defender um direito.

Ação Originária

Processo iniciado diretamente em um tribunal, devido ao assunto ou partes envolvidas.

Acórdão

Decisão feita por um grupo de juízes em um tribunal.

Ad cautelam

Para ser mais seguro.

Aditamento em Pauta
Adicionar novos processos à lista de julgamentos ou corrigir a lista que já existe.

Aditar

Adicionar.

Advogado Dativo

Advogado nomeado pelo juiz para defender gratuitamente uma pessoa que não pode pagar um advogado quando a Defensoria Pública não pode defender.

Agravo

Recurso para contestar uma decisão de um juiz que não terminou o processo.

Agravo em Recurso Especial

É um recurso utilizado para contestar uma decisão que não aceitou um Recurso Especial.

Agravo em Recurso

Extraordinário

É um recurso utilizado para contestar uma decisão que não aceitou um Recurso Extraordinário.

Agravo Interno ou Agravo Regimental

É um recurso utilizado para contestar uma decisão individual (monocrática) do relator. Este recurso envia a decisão ao colegiado (grupo de juízes) para ser analisada.

Anulação

Decisão ou parte de uma decisão que invalida uma outra decisão anterior.

Apelação

Recurso que contesta uma decisão final (sentença) de um juiz.

Apensado

Quando um processo está anexado a outro, para andarem juntos.

Ata de Audiência

Documento que registra o que foi dito pelas partes e pelo juiz em uma audiência.

Ata de Julgamento

Documento que registra os resultados dos processos julgados pelo tribunal em uma sessão (reunião onde os juízes analisam e decidem os casos apresentados).

Ato Ordinatório

É um ato praticado pelos funcionários da justiça para fazer o processo andar, sem ter decisões importantes. Exemplos: juntada de petição e intimação das partes.

Audiência de Conciliação

Reunião em que as partes do processo tentam chegar a um acordo amigável.

Autos

Conjunto de documentos de um processo.

Baixa à Origem

Remessa do processo para onde foi iniciado.

Baixa em Diligência

Remessa do processo para onde foi iniciado para cumprir uma ordem dada pelo juiz.

Boa-fé

Honestidade, lealdade, boa intenção.

Caput

Primeira e principal parte de um artigo de lei.

Carta Precatória

Pedido de um juiz a outro para realizar uma ação específica em um lugar que é da competência de outro juiz.

Carta Rogatória

Pedido de um juiz a um juiz de outro país para realizar um ato específico.

Caso Fortuito

Evento natural imprevisível e inevitável que impede o cumprimento de uma obrigação. Exemplo: enchente.

Causa Mortis

Motivo da morte de uma pessoa.

Central de Mandados

Unidade que administra o cumprimento dos mandados judiciais.

Certidão

É um documento oficial emitido por uma autoridade pública. A certidão comprova a existência de fatos, atos registrados. Exemplo: certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de objeto e pé.

Certidão de Decurso de Prazo

Documento que certifica o término do prazo para prática de um ato processual.

Certidão de Objeto e Pé

Documento oficial que resume o conteúdo e informa a fase de uma ação judicial.

Citação

Notificação oficial para que uma pessoa tome ciência de um processo judicial contra ela.

Citado

Aquele que recebeu uma citação.

Colegiado

Grupo de juízes que compõem um órgão julgador.

Com Resolução do Mérito

Quando o julgamento decide sobre o direito principal do processo.

Competência

É a autoridade que um juiz ou tribunal tem para julgar um caso. Determina quais casos um tribunal pode decidir, usando critérios como assunto, local e nível na hierarquia. Exemplo:

uma vara previdenciária pode julgar casos de concessão de aposentadoria e restabelecimento de benefício.

Conclusão

Remessa do processo ao juiz para decisão.

Conflito de Competência

É quando há uma disputa para decidir qual juiz ou tribunal tem autoridade para julgar um caso.

Contestação

Resposta do réu aos argumentos do autor no processo.

Contrafé

Cópia da petição inicial entregue ao réu quando ele é citado (toma ciência de um processo judicial contra ele).

Contrarrazões

São os argumentos apresentados para responder a um recurso feito pela outra parte no processo.

Culpa

Ato ou omissão praticados sem a intenção de fazer mal.

Curatela

É a responsabilidade legal dada a alguém por um juiz para cuidar e tomar decisões por uma pessoa maior de idade que não pode fazer isso sozinha, como uma pessoa com incapacidade mental.

Custas Processuais

São as taxas e despesas que precisam ser pagas pelas partes para iniciar e manter um processo na Justiça.

Dano Material

É o prejuízo que afeta os bens ou o dinheiro de uma pessoa.

Dano Moral

É o prejuízo que afeta o bem-estar emocional ou psicológico de uma pessoa, ferindo a sua honra e dignidade.

Data Venia

Expressão usada para mostrar respeito ao discordar da opinião de outra pessoa.

Decadência

Perda de um direito por não ter sido exercido dentro do prazo legal.

Decisão Interlocutória

Decisão do juiz sobre questões secundárias do processo, que não decidem o direito principal em discussão (mérito).

Decisão Monocrática

Decisão tomada por um único juiz ou desembargador.

Declínio de Competência

Quando o juiz envia o processo para outro juiz, que ele considera ter autoridade para julgar o caso.

Depositário Infiel

É a pessoa que, após receber um bem para guardar ou cuidar, não devolve ou usa esse bem de maneira errada, traindo a confiança que tiveram nela.

Deprecado

Juiz ou tribunal que recebe uma Carta Precatória de outro juiz ou tribunal, contendo solicitações.

Deprecante

Juiz ou tribunal que envia uma Carta Precatória de outro juiz ou tribunal, contendo solicitações.

Desembargador

É um juiz de um tribunal de segunda instância, responsável por revisar decisões de juízes de primeira instância.

Deserção

Perda do direito de recorrer pelo não pagamento das custas processuais específicas do recurso (preparo).

Despacho

Decisão simples do juiz para movimentar o processo, sem decidir o direito principal (mérito).

Devolução do Prazo

Reinício da contagem do prazo para a prática de um ato processual determinado pelo juiz.

Dilação de Prazo

Prorrogação do prazo para a prática de um ato processual determinado pelo juiz.

Diligência

Providência determinada pelo juiz.

Direito Líquido e Certo

Direito que pode ser comprovado de forma clara e objetiva, sem necessidade de provas adicionais.

Distribuição

Ato de escolher por sorteio o juiz que será responsável por um processo.

Dolo

Ato praticado intencionalmente.

Duplo Grau de Jurisdição

Garantia de que uma decisão judicial pode ser revista por uma instância superior.

Efeito Suspensivo

Medida que suspende o cumprimento de uma decisão judicial até o julgamento final de um recurso.

Em Mesa

Processo que será levado a julgamento sem necessidade de inclusão prévia na pauta.

Em Pauta

Processo incluído na lista de julgamentos, com data e horário divulgados.

Embargos de Declaração

Recurso ao próprio juiz ou tribunal para esclarecer pontos obscuros ou contraditórios de uma decisão.

Ementa

Resumo de uma decisão judicial.

Executado

Empresa, órgão público ou pessoa que deve cumprir uma condenação judicial.

Extra petita

Algo diferente do pedido feito pela parte no processo.

Força Maior

Situação imprevisível e inevitável causada por ações humanas que impede o cumprimento de uma obrigação. Exemplos: guerra e greve.

Fumus Boni iuris

Aparência de bom direito, indicando que a alegação tem grande chance de ser aceita.

Fundamentação

Parte da decisão judicial onde o juiz explica as razões de seu entendimento.

Gratuidade de Justiça (JG)

Isenção de custas processuais a quem não pode pagar.

Habeas Corpus

Ação para proteger a liberdade de uma pessoa contra prisões ilegais.

Habeas Data

Recurso para permitir a uma pessoa acessar ou corrigir informações sobre ela em registros de dados do governo ou semelhante.

Homologação de Acordo

Quando o juiz confirma um acordo feito entre as partes, fazendo que seja válido.

Honorários Advocáticos

Pagamento devido ao advogado pelos serviços prestados.

Honorários de Sucumbência

Valor que a parte perdedora deve pagar dentro do processo ao advogado da parte vencedora.

Impedimento e Suspeição do Magistrado

Quando o juiz não pode julgar um processo por razões específicas que possam comprometer sua imparcialidade.

Improcedência do Pedido

Quando o juiz não aceita o pedido feito pela parte no processo.

Inadimplência

Não cumprimento de uma obrigação, como o pagamento de uma dívida.

Instância Superior

É o tribunal que revisa e decide sobre os recursos apresentados contra as decisões dos tribunais e juízes de níveis mais baixos.

Intempestivo

Ato processual realizado fora do prazo estabelecido.

Intimação

Notificação oficial para que uma pessoa tome ciência de um ato ou decisão judicial.

Juizado Especial

Órgão que julga processos mais simples e de menor valor.

Juízo de Admissibilidade

Análise para verificar se um recurso tem as condições para ser enviado a uma instância superior.

Julgamento Monocrático

Decisão tomada por um único desembargador.

Juntada

Ato de anexar um novo documento ao processo.

Jurisprudência

Um grupo de decisões de tribunais que ajuda a resolver outros casos parecidos.

Litígio

Disputa judicial entre duas ou mais partes.

Má-fé

Desonestidade, deslealdade, má intenção.

Malote Digital

Sistema eletrônico para enviar correspondências oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

Mandado

Documento com uma ordem judicial a ser cumprida, como citação, intimação ou prisão.

Mandado de Busca e Apreensão

Ordem judicial para apreender um bem ou documento em determinado local.

Mandado de Citação

Documento que informa ao réu sobre a existência de uma ação contra ele, determinando que ele apresente a sua defesa.

Mandado de Pagamento

Ordem para que um banco entregue uma quantia de dinheiro depositada em conta judicial a uma pessoa.

Mandado de Segurança

Ação para proteger para proteger direito que pode ser comprovado de forma clara e objetiva, sem necessidade de provas adicionais (direito líquido e certo), que não pode ser negado por ato ilegal ou abuso de autoridade.

Mandato

Procuração. Documento que autoriza alguém a agir em nome de outra pessoa.

Medida Cautelar

Ação para garantir a futura execução de uma decisão judicial.

Memoriais

Documento apresentado pelo advogado a cada juiz do colegiado para destacar ou esclarecer pontos importantes antes do julgamento.

Minuta

Rascunho de um documento que ainda será avaliado.

Mora

Atraso no cumprimento de uma obrigação.

Negativação

Inclusão do nome de uma pessoa em cadastros de proteção ao crédito, como Serasa ou SPC.

Ônus

Obrigação a ser cumprida.

Ônus da Prova

Responsabilidade de provar as alegações feitas em um processo, por meio de documentos ou testemunhas.

Órgão Julgador

Cada um dos setores responsáveis por julgar os processos em um tribunal composto por grupos juízes, como turmas e seções.

Ouvidoria

Setor que recebe sugestões, perguntas ou reclamações sobre as atividades do tribunal.

Parte

Pessoa, sociedade ou órgão público que estão em um processo como autor ou réu.

Pedido de Liminar

Pedido para que o juiz conceda um direito de forma antecipada e provisória, devido à urgência.

Penhora

É quando a Justiça toma um bem de alguém para garantir o pagamento de uma dívida.

Perícia

Avaliação feita por um especialista para ajudar o juiz a entender os fatos de um processo.

Periculum in mora

É o risco de que, se uma decisão não for tomada rapidamente, algo que cause

danos possa acontecer ou o direito de alguém possa ser prejudicado.

Perito

Especialista que ajuda o juiz dando parecer técnico sobre os fatos de um processo.

Petição Inicial

Documento que inicia um processo judicial, onde o autor conta os fatos e faz seus pedidos.

Pleitear

Pedir ou requerer.

Poderes da Procuração

É para que a procuração foi dada, são as autorizações contidas na procuração para o procurador agir em nome de outra pessoa.

Precatório

É uma ordem emitida pela justiça para o pagamento de um valor devido pelo governo a uma pessoa por ter sido condenado em um processo.

Precedente

Decisão judicial que serve como exemplo para outras decisões em casos semelhantes.

Preclusão

Preclusão é a perda do direito de fazer algo no processo porque o prazo para isso já passou.

Preparo

Preparo é o pagamento das custas necessárias para que um recurso seja aceito e julgado pelo tribunal.

Prescrição

Perda do direito de entrar com um processo na justiça por já ter passado o prazo legal.

Prevenção

Quando um novo processo tem que ser enviado para um juiz determinado sem sorteio devido a algum motivo específico.

Prisão em Flagrante

Quando uma pessoa é presa no momento em que está cometendo um crime ou imediatamente após de ter cometido um crime.

Procedência do Pedido

Quando o juiz aceita o pedido feito pela parte no processo.

Processo Eletrônico

Processo formado por documentos eletrônicos, consultado por meio de dispositivos eletrônicos, com celular, tablet e computador.

Processos Baixados em Diligência

Ver baixa em diligência.

Procuração

Documento que uma pessoa passa para outra para agir em seu nome.

Protocolo

Carimbo que comprova a entrega de um documento à justiça.

Publicação

Divulgação oficial de uma decisão judicial no Diário da Justiça.

Questão Constitucional

Assunto que envolve a interpretação da Constituição Federal.

Quórum

Número mínimo de juízes presentes para realizar uma sessão de julgamento.

Recorrente

Parte que apresenta um recurso.

Recorrido

Parte contra quem é apresentado um recurso.

Recurso

Pedido para que uma decisão judicial seja revista por uma instância superior.

Recurso Especial

Recurso direcionado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Recurso Extraordinário

Recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Recurso Inominado

Recurso apresentado às Turmas Recursais contra decisões dos Juizados Especiais.

Redistribuição

Quando um novo juiz ou desembargador assume a responsabilidade pelo processo.

Regimento Interno do TRF2

Conjunto de normas que regulamenta o funcionamento do Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Relatório

Texto escrito pelo Relator que narra os fatos, eventos e manifestações de um processo.

Renúncia de Mandato

Quando um advogado comunica que não deseja mais representar seu cliente no processo.

Repercussão Geral

Sistema que garante que recursos com a mesma questão constitucional sejam julgados de forma uniforme pelo STF.

Réplica

Resposta do autor às alegações feitas pelo réu na contestação.

Representante Legal

Pessoa autorizada por lei a agir em nome de outra.

Retirada de Pauta

Quando um processo é retirado da lista de julgamento por determinação do juiz.

Réu

Pessoa contra quem é movida uma ação judicial.

Revelia

Quando o réu não apresenta defesa no prazo legal, permitindo que o processo continue sem sua participação.

RPV (Requisição de Pequeno Valor)

Ordem de pagamento de uma quantia menor que um precatório, devida pelo governo a um particular por ter sido condenado em um processo.

Sanção

Medida punitiva ou educativa aplicada pelo juiz.

Seção

Grupo de juízes formado pelos integrantes de duas ou mais turmas, que julgam determinados assuntos. Também chamada de grupo de câmaras.

Sem Resolução de Mérito
Quando uma decisão encerra o processo sem analisar o os pedidos principais.

Sessão de Julgamento

Reunião de desembargadores para julgar processos incluídos na pauta.

Sobrestamento

Suspensão temporária do andamento de um processo.

STF

Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, responsável pela interpretação da Constituição.

Substabelecimento Com Reserva de Poderes

É um documento em que um advogado passa a responsabilidade de um caso para outro advogado permanecendo no caso.

Substabelecimento Sem Reserva de Poderes

É um documento em que um advogado passa a responsabilidade de um caso para outro advogado deixando o caso.

Suspensão

Quando o andamento do processo é interrompido por determinado período, por ordem judicial.

Súmula

É um resumo de várias decisões iguais de um tribunal sobre um determinado assunto, usado para guiar futuros casos semelhantes.

Tempestivo

Ato processual realizado dentro do prazo.

Testemunha

Testemunha é a pessoa que viu ou sabe algo sobre um fato importante para a causa e é chamada para contar o que sabe em um processo judicial.

Tramitação

Andamento e movimentação do processo na justiça.

Trânsito em Julgado

Quando uma decisão judicial se torna definitiva, não podendo mais ser alterada.

Tribunal Pleno

Órgão composto por todos os desembargadores de um tribunal.

Turma

Grupo de juízes que julga os recursos de determinados assuntos a ele apresentados. É formada por uma parte dos juízes de um tribunal. Também é conhecido por câmara.

Ultra petita

Decisão que vai além do pedido feito pela parte no processo.

Vara de Origem

Unidade onde o processo foi iniciado.

Voto

Decisão de um desembargador sobre um processo apresentado a um grupo de juízes, que pode ser o tribunal pleno, uma turma, seção etc.

Voto Vencido

Voto do desembargador que não concorda com a decisão da maioria no julgamento.

Conteúdo de referência

Dicionário Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, disponível em <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/182315962/dicionario-juridico.pdf>, acessado em 19/06/2024.

Glossário de Termos Jurídicos da Procuradoria da República na Bahia, disponível <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/glossario>, acesso em 19/06/2024.

Glossário Jurídico do Tribunal Regional do Trabalho = TRT2, disponível, em <https://ww2.trt2.jus.br/servicos/informacoes/glossario-de-termos-juridicos>, acesso 19/06/2024.

Juridiquês do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2, disponível em <https://www10.trf2.jus.br/ai/perguntas/juridiques/>, acesso em 19/06/2024

Vocabulário Jurídico, De Plácido e Silva.

Ferramenta de IA utilizada

ChatGPT. disponível em <https://chatgpt.com/>, acesso em 19, 20 e 21/06/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região